

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.594.365 - GO (2019/0294240-5)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : SANDRA ALVES DO CARMO**  
**AGRAVANTE : LUCINEIDE ALVES BARBOZA CARMO**  
**ADVOGADOS : IVO YAMADA LOPES FERREIRA E OUTRO(S) - GO033105**  
**RAMON CARMO DOS SANTOS - GO034008**  
**AGRAVADO : IRON FONSECA DE BRITO**  
**AGRAVADO : EDVALDO ADRIANY SILVA**  
**ADVOGADOS : EDVALDO ADRIANY SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA) - GO017345**  
**IRON FONSECA DE BRITO (EM CAUSA PRÓPRIA) - GO005976**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por SANDRA ALVES DO CARMO E OUTRA, em face de acórdão assim ementado (fls. 583/584):

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. REVOGAÇÃO ANTECIPADA DO MANDATO. INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO. DA EXISTÊNCIA DE SALDO RESIDUAL. INCIDÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE O VALOR DA CAUSA. SENTENÇA MANTIDA.

1. O artigo 932 da nova Lei Instrumental Civil permite a prolação de julgamento monocrático pelo relator na hipótese em que, apresentadas as devidas contrarrazões, decide-se pelo desprovimento do recurso apelatório consubstanciado em entendimentos pacificados pelo próprio Tribunal de Justiça e diante do permissivo legal imposto pela súmula n. 568 do STJ.

2. Na fase de admissibilidade da ação, o interesse de agir deve ser apreciado em abstrato, a fim de não configurar limitação ilegítima ao direito da parte, de forma que, havendo necessidade da ação e adequação do procedimento, inegavelmente há interesse na provocação do Judiciário.

3. O simples fato de se tratar de contrato de risco, ou seja, com a condição suspensiva de pagamento com o êxito da demanda, por si só, não retira do autor o interesse (necessidade/utilidade) de requerer, em ação autônoma, os honorários advocatícios contratados com base na

revogação antecipada do mandato, primordialmente quando já concedida a pretensão jurisdicional pleiteada na ação indenizatória a qual encontrava-se aguardando o pagamento do precatório, fase esta sem possibilidade de celeridade e realização de diligências. Dessa forma, a parte deve ter a oportunidade de demonstrar, ao longo do iter processual e no momento processual adequado, a alegada inadimplência afirmada em sua peça exordial, não podendo o julgador supor, de forma antecipada, que o autor não conseguirá tal mister.

4. Não existe nenhuma ilegalidade na determinação de pagamento do saldo residual concernente a incidência de juros remuneratórios e correção monetária sobre o valor da causa porquanto tais institutos possuem funções distintas dentro do instrumento contratual, quais sejam, a compensação do capital e a atualização da moeda diante da alteração da economia do país.

5. Aferindo-se nos Embargos de Declaração, o caráter meramente protelatório visando retardar a entrega da prestação jurisdicional, em decorrência da reiteração dos argumentos, deve-se aplicar à parte recorrente a multa prevista no art. 1.026, do CPC/2015.

6. Não infirmados pelo agravante os requisitos que embasaram a decisão recorrida, desmerece modificação o ato monocrático verberado.

**AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

Nas razões do especial, as ora agravantes alegam ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre a arguição de inexistência de saldo devedor.

No mérito, arguem violação dos arts. 121 e 125 do Código Civil; 485, VI, do Código de Processo Civil/2015, arguindo falta de interesse de agir da parte ora recorrida, pois, "nunca resistiram à pretensão dos Apelados, (...), impondo-se reconhecer a CARÊNCIA DE AÇÃO" (fl. 599); e que "durante a tramitação processual, os Apelados receberam integralmente o valor de seus honorários contratuais, nos exatos termos contratados, tendo ocorrido ainda a perda superveniente do objeto da ação, o que também motiva a sua extinção, sem resolução do mérito" (fl. 599).

Pretendem, ainda, o afastamento da multa aplicada nos embargos de declaração (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil/2015) arguindo não haver caráter

protelatório nos embargos de declaração.

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ressalte-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões proferidas pela origem.

Esclareça-se, também, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Observe-se, ainda, que "A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida" (EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018).

No mais, o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pelo interesse de agir da parte ora recorrida, bem como pela existência de saldo residual, assim se pronunciando (fls. 570/574):

O simples fato de não ter havido o pagamento do precatório, por si só, não retira dos autores/apelantes o interesse (necessidade/utilidade) de buscar o Poder Judiciário para que seja assegurada a quitação da verba honorária contratual, especialmente quando infrutíferas as composições amigáveis entre as partes, bem como, pela iminência de entrega da prestação jurisdicional considerando que o processo aguardava tão somente o pagamento do precatório sem nenhuma diligência a ser realizada em conformidade com o processamento do ato expresso no ordenamento jurídico.

Dessa forma, não há se falar em indeferimento, de plano, de peça exordial na qual se discute o direito dos causídicos ao pagamento da verba honorária contratada, porquanto, a parte deve ter a oportunidade

de demonstrar, ao longo do iter processual e no momento processual adequado, a alegada inadimplência afirmada em sua peça exordial, não podendo o julgador supor, de forma antecipada, que os autores conseguiriam a percepção dos honorários *a posteriori*.

Logo, nas demandas semelhantes à ora em curso, mostrar-se-ia possível e adequada a pretensão deduzida de se buscar o direito à quitação dos honorários advocatícios contratados em razão da revogação antecipada do mandato.

(...)

Em razão da revogação antecipada do mandato, após o regular trabalho dos causídicos durante todo o trâmite da ação indenizatória, houve a necessidade de ajuizamento da ação de cobrança com o desiderato de perceber a verba honorária no valor de R\$ 42.050,48 (quarenta e dois mil, cinquenta reais e quarenta e oito centavos).

Explica-se que o processo foi ajuizado em 2009 e, no transcurso deste, houve o pagamento da importância de R\$ 43.647,64 (quarenta e três mil, seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), fato este confessado pelos apelados e incontroverso.

Logo, compete a este juízo ad quem decidir a respeito do saldo residual, o que entende-se ser devido aos recorridos.

É cediço que o valor pleiteado nos autos, no momento de seu pagamento, deverá ser acrescido de juros e correção monetária com o desiderato de corrigir o valor nominal da moeda diante das perdas inflacionárias.

Os valores corrigidos deverão ser apurados na fase de liquidação de sentença, nos termos já expressos pelo magistrado.

Impende reproduzir, pelo primor de sua forma e objetividade de o conteúdo, as salutares colocações do ilustre magistrado singular, Dr. Vanderlei Cafres Pinheiro, e que conforme autoriza o art. 210, parágrafo único do RITJGO passa a integrar este voto, ao pontuar com ingente acuidade a respeito da existência do saldo residual nos autos, *in verbis*:

"Por outro lado, o valor a ser recebido pela parte Autora deve ser 33 apurado, levando-se em consideração se os patronos já efetuaram o levantamento de qualquer o quantia a título de honorários advocatícios.

No caso em tela, a parte Autora afirmou possuir na data de 18/12/2009 um crédito de R\$ 42.050,48 (quarenta e dois mil,

cinquenta reais, quarenta e oito centavos) e confessou ter recebido, no curso do processo, a quantia de R\$ 43.647,64 (quarenta e três mil, seiscentos e quarenta e sete reais, sessenta e quatro centavos) decorrente do pagamento do precatório. Por sua vez, a parte Ré afirma que os causídicos não mais possuem valores a receber, haja vista que ambos já receberam os honorários advocatícios integralmente.

Nesse tocante, em que pese os Autores terem recebido a quantia supramencionada, entendo que ainda há um saldo remanescente a ser liquidado, referente ao saldo residual que a parte Ré tem a receber na ação de indenização de protocolo 199901879800, bem como a eventual correção monetária e juros de mora da diferença a ser adimplida, além de ressarcir todas as despesas que a parte Autora desembolsou neste processo.

Consequentemente, outra opção não resta a este juízo senão reconhecer o direito da parte Autora e condenar a parte Ré ao pagamento."

Dessa forma, ficou claro na sentença que o douto magistrado singular considerou a confissão dos apelados quanto ao recebimento dos honorários advocatícios no valor informado na exordial, bem como, esclareceu nos autos da presença de saldo residual referente a atualização monetária do montante da verba honorária pleiteada nos autos.

Logo, escoreito o édito sentencial que reconheceu o pagamento da dívida e determinou, na mesma oportunidade, o encaminhamento para a fase de liquidação com o desiderato de apurar eventual valor residual decorrente da atualização monetária do valor da condenação.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concludo pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte.

Por fim, com relação à sanção aplicada, não identificado o caráter protelatório dos embargos de declaração ou o abuso da recorrente pela sua oposição, impõe-se o afastamento da multa processual, nos termos do enunciado 98 da Súmula do STJ:

# *Superior Tribunal de Justiça*

Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório.

Em face do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, dou parcial provimento ao recurso especial, tão somente, a fim de afastar a multa imposta às recorrentes.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora